



## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

DESPACHO Nº 0932/2025/DIRECON

Processo nº 00200.012921/2025-25

**Assunto:** Inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento, com fulcro na alínea *f* do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.

**Objeto:** "Conservação de Pinturas de Cavalete".

**Órgão Demandante:** SGIDOC.

**Decisão:** Autorizada a contratação do objeto por inexigibilidade de licitação.

Senhor Diretor-Executivo de Governança Contratual e Licitatória em exercício,

1. Trata-se de pretensão para contratação de 7 (sete) inscrições no treinamento externo "Conservação de Pinturas de Cavalete", que será realizado pela empresa **ATELIER RAUL CARVALHO CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE OBRAS DE ARTE LTDA.**, no período de 19 a 22 de agosto de 2025, com carga horária total de 28 (vinte e oito) horas, modalidade presencial, na cidade de São Paulo/SP, por inexigibilidade de licitação, com fulcro na alínea *f* do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021<sup>1</sup>.
2. A aludida contratação visa atender à demanda da Secretaria de Gestão da Informação e Documentação – SGIDOC, formalizada por meio da Solicitação de Treinamento Externo (Documento de Formalização da Demanda), acompanhada do Mapa de Risco da Contratação, anexados ao NUP 00100.124910/2025-15.

<sup>1</sup> **Lei nº 14.133/2021, Art. 74.** É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: [...] **Inciso III** – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: [...] **f)** treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

3. Anexo ao Documento de NUP 00100.129323/2025-12, consta informações como o currículo do instrutor, diplomas, publicações, declaração e atestados de capacidade técnica relativos à notória especialização da pretensa contratada apresentados pelo demandante, os quais foram complementados pelo Órgão Técnico no decorrer do processo<sup>2</sup>.
4. Não há Estudo Técnico Preliminar, pois este é dispensado para contratações de capacitação externa aberta ao público, conforme § 6º do art. 3º do Anexo II do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022<sup>3</sup>.
5. A pretensa contratada, **ATELIER RAUL CARVALHO CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE OBRAS DE ARTE LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.415.279/0001-08, encaminhou proposta comercial no valor de R\$ 7.300,02 (sete mil trezentos reais e dois centavos) para 7 (sete) inscrições no treinamento externo "Conservação de Pinturas de Cavalete", válida até 6/9/2025<sup>4</sup>.
6. A Coordenação Administrativa e Financeira – COADFI elaborou o Termo de Referência nº 72/2025-COADFI/ILB<sup>5</sup>, contendo o conjunto de informações necessárias para a caracterização do objeto, realizou pesquisa de preços<sup>6</sup>, bem como analisou a documentação referente à notória especialização e à regularidade do preço ofertado<sup>7</sup>.
7. A Coordenação de Controle e Validação de Processos – COCVAP, por meio do Ofício nº 0406/2025-COCVAP/SADCON<sup>8</sup>, atestou que os requisitos formais do processo foram devidamente cumpridos e ratificou a pesquisa de preços realizada pelo Órgão Técnico.
8. A formalização do ajuste será realizada por meio de nota de empenho em substituição ao termo de contrato, conforme estabelecido no inciso I do parágrafo único do art. 9º do Anexo III do ADG Nº 14/2022<sup>9</sup> e como disposto no item 4.1.1 do Termo de Referência.
9. A Advocacia do Senado Federal – ADVOSF analisou os aspectos legais, regulamentares e jurisprudenciais da contratação ora pretendida, manifestando-se favoravelmente por meio do Parecer nº 544/2025-ADVOSF<sup>10</sup>.
10. A Coordenação de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário – COPAC informou que há disponibilidade orçamentária no exercício de 2025 para custear a despesa<sup>11</sup>.

<sup>2</sup> Documentos complementares quanto à Notória Especialização: NUP 00100.137696/2025-67-1.

<sup>3</sup> ADG 14/2022, Anexo II, Art. 3º, § 6º Será dispensada a elaboração de Estudo Técnico Preliminar nas contratações necessárias à participação e à inscrição de servidores em ação de capacitação externa aberta ao público.

<sup>4</sup> Proposta comercial – 7 inscrições: NUP 00100.137696/2025-67-4.

<sup>5</sup> Termo de Referência nº 72/2025-COADFI/ILB: NUP 00100.137700/2025-97.

<sup>6</sup> Pesquisa de preços: NUP 00100.137696/2025-67-2.

<sup>7</sup> Despacho nº 354/2025-COADFI/ILB: NUP 00100.137696/2025-67.

<sup>8</sup> Ofício nº 0406/2025-COCVAP/SADCON: NUP 00100.140040/2025-21.

<sup>9</sup> ADG 14/2022, Anexo III, Art. 9º, Parágrafo único. O instrumento contratual será obrigatório, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, salvo se: I – o valor estimado da contratação estiver dentro dos limites previstos para se dispensar a licitação.

<sup>10</sup> Parecer nº 544/2025-ADVOSF: NUP 00100.142377/2025-73.

<sup>11</sup> Informação nº 521/2025-COPAC/SAFIN: NUP 00100.144274/2025-48.





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

11. Por fim, a COCDIR manifestou-se conclusivamente por meio do Relatório Conclusivo nº 056/2025-SEEXCO/COCDIR/SADCON<sup>12</sup>. Quanto a tal ato de instrução, cumpre salientar que se encontra fora da alçada daquela unidade a avaliação quanto à suficiência das justificativas apresentadas pelo órgão demandante acerca da necessidade de contratação do objeto e da quantidade solicitada, bem como quanto às razões que orientam a escolha do fornecedor e sua notória especialização, e à justificativa do preço da contratação, haja vista tratar-se de conteúdo indissociável da análise de mérito que deve nortear a autorização da contratação por inexigibilidade de licitação.
12. Anexas ao documento de NUP 00100.141107/2025-45, certidões de estilo e consultas a sistemas governamentais indicam a regularidade fiscal e trabalhista da pretensa contratada, bem como a ausência de impedimentos legais para contratar com a Administração.
13. Por meio do Despacho nº 354/2025-COADFI/ILB<sup>13</sup>, o Órgão Técnico prestou informações acerca do item do Plano Anual de Capacitação dos Servidores do Senado Federal (PCASF) que contém o orçamento previsto para a ação requerida, bem como sobre o controle orçamentário da despesa prevista no PCASF, demonstrando que há saldo disponível para fazer frente à presente demanda.
14. Fazendo uso do Despacho nº 3145/2025-DGER<sup>14</sup>, a Diretoria-Geral – DGER registrou a análise dos requisitos estabelecidos pela Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal<sup>15</sup> e autorizou, pautando-se da manifestação do Órgão Demandante<sup>16</sup>, a participação de 5 (cinco) dos requerentes na referida ação de capacitação externa.
15. Desse modo, os autos foram remetidos ao Órgão Técnico para ajustes no Termo de Referência bem como atualização da proposta.
16. No Despacho nº 394/2025-COADFI/ILB, o órgão técnico informou que foi atualizada a proposta<sup>17</sup>, com redução do número de participantes, porém a empresa basicamente manteve o valor originalmente proposto, alterando para R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais). O Termo de referência foi atualizado e consta do NUP 00100.147878/2025-46.
17. Diante dessa nova realidade, esta Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória – DIRECON encaminhou<sup>18</sup> os autos para que o Órgão Demandante se manifestasse acerca da justificativa de preço de modo a atender ao disposto no Inciso VII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 (justificativa do preço) e do art. 14, §§ 6º e 9º, do ADG nº 14/2022.

<sup>12</sup> Relatório Conclusivo nº 056/2025-SEEXCO/COCDIR/SADCON: NUP 00100.144673/2025-17.

<sup>13</sup> Despacho nº 354/2025-COADFI/ILB: NUP 00100.137696/2025-67.

<sup>14</sup> Despacho nº 3145/2025-DGER: NUP 00100.147112/2025-61.

<sup>15</sup> RASF, Anexo IV.

<sup>16</sup> Ofício nº 04/2025/SGIDOC/NPRESERVA: NUP 00100.146298/2025-31.

<sup>17</sup> Proposta atualizada – 5 participantes: NUP 00100.147861/2025-99-1.

<sup>18</sup> Ofício nº 0122/2025/DIRECON: NUP 00100.148672/2025-33





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

18. Por meio do OFÍCIO Nº 05/2025/SGIDOC/NPRESERVA<sup>19</sup>, o órgão demandante apresentou suas considerações, afirmando que a contratação ainda é vantajosa para o Senado Federal.

19. Dessa maneira, após todas as diligências necessárias, os autos foram encaminhados a esta Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória – DIRECON para deliberação quanto à contratação da promotora do evento.

20. Eis o que cumpre relatar.

21. Passa-se à análise da contratação direta pretendida, com fulcro na alínea *f* do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), à luz da legislação e do interesse público.

22. *Ab initio*, importa colacionar os requisitos formais previstos pela Nova Lei de Licitações (NLL) para todas as contratações diretas, os quais foram listados em seu art. 72, bem como aqueles previstos pelo Ato da Diretoria-Geral – ADG nº 14/2022, que estabelece, no âmbito do Senado Federal, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.

23. Assim, são requisitos formais para a contratação direta por inexigibilidade de licitação com fulcro na alínea *f* do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021 da NLL:

- a. **Formalização da demanda:** o inciso I do artigo 72 da NLL<sup>20</sup> determina que os processos de contratação direta devem possuir Documento de Formalização de Demanda (DFD), assim como o *caput* do art. 8º do ADG nº 14/2022, que determina, ainda, que essa formalização seja feita no Sistema Integrado de Contratações – SENiC<sup>21</sup>.
- b. **Estudo Técnico Preliminar, Solicitação de contratação e inclusão no Plano de Contratações:** o Estudo Técnico Preliminar (ETP) é facultativo à luz do referido inciso I e fora dispensado para a presente contratação com espeque no § 6º do art. 3º do Anexo II do ADG nº 14/2022<sup>22</sup>. Outrossim, de acordo com a Ata da 1ª Reunião de 2019 do Comitê de Contratações<sup>23</sup>, as despesas com inscrições de servidores em ações de capacitação externa não necessitarão constar do Plano de

<sup>19</sup> Ofício Nº 05/2025/SGIDOC/NPRESERVA: NUP 00100.148987/2025-81.

<sup>20</sup> Lei nº 14.133/2021, Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: **Inciso I** – documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.

<sup>21</sup> ADG nº 14/2022, Art. 8º As demandas que venham a implicar abertura de processos de contratação, exceto acionamento de Ata de Registro de Preços (ARP), deverão ser formalizadas pelo Órgão Demandante por meio da Central de Serviços ou do Sistema Integrado de Contratações do Senado Federal – SENiC.

<sup>22</sup> ADG nº 14/2022, Anexo II, Art. 3º, § 6º Será dispensada a elaboração de Estudo Técnico Preliminar nas contratações necessárias à participação e à inscrição de servidores em ação de capacitação externa aberta ao público.

<sup>23</sup> Boletim Administrativo do Senado Federal número 6831, Seção 2, de 02 de maio de 2019.





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

Contratações do Senado Federal, de maneira a conferir maior celeridade ao procedimento.

- c. **Análise de riscos:** o inciso I do artigo 72 da NLL, c/c com o *caput* do dispositivo, prevê que essa análise seja devidamente documentada, o que internamente foi disciplinado pelo art. 15 do ADG em comentário<sup>24</sup>.
- d. **Termo de Referência:** todos os processos de contratação direta de bens e serviços comuns necessitam de Termo de Referência, em observância ao inciso I do artigo 72 da NLL e, por força do art. 13 do normativo interno, deve ser elaborado pelo Órgão Técnico<sup>25</sup>.
- e. **Proposta comercial:** o inciso I do § 2º do artigo 16 do ADG nº 14/2022 prevê que deve constar dos autos "proposta comercial da pretensa contratada dentro do prazo de validade".
- f. **Documentos que comprovem a situação de inexigibilidade de licitação e consequente escolha do fornecedor:** a "razão de escolha do contratado", conforme requerido pelo inciso VI do artigo 72 da Nova Lei de Licitações e pelo inciso II do § 2º do artigo 16 do ADG nº 14/2022, no presente caso é atendida mediante a juntada de documentos que comprovem a existência de notória especialização na ação de capacitação pretendida, observado o § 3º do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021<sup>26</sup>.
- g. **Valor estimado da contratação e justificativa de preço:** o atendimento aos requisitos previstos incisos II (estimativa de despesa) e VII (justificativa de preço) do artigo 72 da Nova Lei de Licitações<sup>27</sup>, em processos de inexigibilidade de licitação, devem ser analisados conjuntamente, sendo o primeiro tratado internamente como a aferição de razoabilidade do preço ofertado pela pretensa contratada por meio de pesquisa de preços para objetos semelhantes, e o segundo, como a verificação da regularidade desse preço, ambos devendo ser realizados

<sup>24</sup> **ADG nº 14/2022, Art. 15.** Ao final da elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, o Mapa de Riscos, quando couber, deverá ser atualizado no SENiC pelo Órgão Técnico, o qual deverá identificar e avaliar os demais riscos da contratação, bem como indicar as ações adequadas para seu tratamento e monitoramento.

<sup>25</sup> **ADG nº 14/2022, Art. 13.** O Termo de Referência ou Projeto Básico conterá informações detalhadas do objeto e o seu valor estimado, devendo ser elaborado pelo Órgão Técnico de acordo com as normas estabelecidas pelo Anexo III deste Ato.

<sup>26</sup> **NLL, Art. 74, § 3º** Para fins do disposto no inciso III do *caput* deste artigo, o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

<sup>27</sup> **Lei nº 14.133/2021, Art. 72.** O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...] **Inciso II** – estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; [...] **Inciso VII** – justificativa de preço.





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

conforme os procedimentos listados no art. 23 da NLL, *caput* e §§ 1º e 4º<sup>28</sup>, e nos §§ 5º a 9º do art. 14 do ADG nº 14/2022<sup>29</sup>.

- h. **Verificação preliminar:** o cumprimento das formalidades até então descritas é verificado no momento em que o processo é encaminhado à Secretaria de Administração de Contratações – SADCON para instrução, em respeito ao *caput* do art. 17 do ADG nº 14/2022<sup>30</sup>.

<sup>28</sup> **Lei nº 14.133/2021, Art. 23.** O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. **§ 1º** No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não: **Inciso I** – composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); **Inciso II** – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; **Inciso III** – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso; **Inciso IV** – pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; **Inciso V** – pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento. [...] **§ 4º** Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

<sup>29</sup> **ADG nº 14/2022, Art. 14, § 5º** O valor estimado das contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação será igual ao preço total da proposta comercial encaminhada pela pretensa contratada ao Senado Federal, o qual deverá ser justificado na forma do §6º deste artigo. **§ 6º** A justificativa do preço em contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação deverá ser realizada, cumulativamente, para cada item a ser contratado: **Inciso I** – por meio da comprovação da razoabilidade de preços, a qual deverá ser verificada em pesquisa de preços baseada em cesta aceitável de preços, conforme procedimentos descritos no Anexo VI deste Ato, para objetos similares, desde que o Órgão Técnico ateste a similaridade de cada item pesquisado; **Inciso II** – por meio da comprovação da regularidade de preços feita a partir da anexação de, no mínimo, 3 (três) documentos idôneos em nome da própria proponente, referentes ao mesmo objeto e emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data de envio, que demonstrem que o preço ofertado ao Senado Federal é igual ou inferior àquele cobrado de outras entidades, públicas ou privadas. **§ 7º** Na impossibilidade de se estimar o valor do objeto na forma descrita no inciso I do § 6º deste artigo, o Órgão Técnico deverá justificar a sua inviabilidade. **§ 8º** Caso a futura contratada não tenha anteriormente comercializado o mesmo objeto e fique evidenciada a impossibilidade de observância do inciso II do § 6º deste artigo, a regularidade dos preços poderá ser realizada por meio da apresentação de documentos idôneos que comprovem a execução ou o fornecimento, por parte da própria proponente, de objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido, o que deverá ser aferido pelo Órgão Técnico. **§ 9º** Na impossibilidade de se justificar a regularidade de preços nas formas descritas no inciso II do § 6º ou no § 8º, ambos deste artigo, a pretensa contratada deverá justificar a inviabilidade de envio da documentação requerida para comprovação da regularidade de preços, cuja pertinência deverá ser analisada pelo Órgão Técnico.

<sup>30</sup> **ADG nº 14/2022, Art. 17.** Na verificação preliminar serão analisados os requisitos formais do processo, em especial a existência de: [...].







## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

- i. **Instrumento contratual:** a Advocacia do Senado Federal, por força do Parecer nº 157/2024-ADVOSF<sup>31</sup>, passou a reconhecer que a substituição do instrumento de contrato por documentos mais simplificados é admissível sempre que o valor do contrato estiver abaixo dos limites estipulados para dispensa de licitação, conforme definido pelos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021. Esta flexibilização é aplicável independentemente da natureza do objeto contratual, do prazo de vigência, da presença ou ausência de obrigações futuras, e do método utilizado para a seleção do contrato, seja ele um processo licitatório, contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de contratação.
- j. **Parecer jurídico:** previsto no inciso III do artigo 72 da NLL<sup>32</sup> e indispensável para as contratações do Senado Federal, conforme disposto no art. 22 do ADG *retro*<sup>33</sup>.
- k. **Previsão de recursos orçamentários:** o inciso IV do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021 requer a “demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido”, formalidade também prevista no art. 23 do ADG nº 14/2022<sup>34</sup>.
- l. **Requisitos de habilitação:** a “comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária”, conforme previsão do inciso V do artigo 72 da NLL, no presente caso compreende a verificação de regularidade fiscal e trabalhista da pretensa contratada, bem como a ausência de impedimento legal para contratar com a Administração.
- m. **Manifestação conclusiva da SADCON:** ao encerrar a instrução do processo de contratação direta, a SADCON deve manifestar-se conclusivamente quanto à presença dos pressupostos legais nos autos, em atendimento ao § 2º do artigo 54 do ADG nº 14/2022<sup>35</sup>.

<sup>31</sup> Parecer nº 157/2024-ADVOSF: NUP 00100.039158/2024-27.

<sup>32</sup> Lei nº 14.133/2021, Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...] **Inciso III** – parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos.

<sup>33</sup> ADG nº 14/2022, Art. 22. Todos os processos que visem a uma contratação, independentemente do instrumento que a formalizará, serão submetidos à análise jurídica pela ADVOSF previamente à deliberação pela autoridade competente para os fins de que trata o art. 53 da Lei nº 14.133, de 2021.

<sup>34</sup> ADG nº 14/2022, Art. 23. Previamente ao encaminhamento dos autos para deliberação pela autoridade competente, a Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN deverá se manifestar a respeito da disponibilidade ou previsão orçamentária para atender à contratação.

<sup>35</sup> ADG nº 14/2022, Art. 54. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser, com apoio do Órgão Técnico, instruído pela SADCON, em conformidade com as disposições deste Ato, da Lei nº 14.133, de 2021, e da legislação de regência. **§ 1º** A análise da conformidade jurídica da contratação direta, nos termos do §4º do art. 53 da Lei nº 14.133, de 2021, será realizada pela ADVOSF, notadamente quanto à observância dos requisitos legais e regulamentares, bem como à incidência dos entendimentos jurisprudenciais aplicáveis e adequados às circunstâncias do caso concreto. **§ 2º** Observado o disposto no § 1º deste artigo, o setor da SADCON responsável pela instrução do processo de contratação direta deverá, ao encaminhar os autos à deliberação superior, manifestar-se conclusivamente quanto à presença dos





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

- n. **Autorização da autoridade competente:** a “autorização da autoridade competente” para a contratação direta, prevista no inciso VIII do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, é o ato administrativo que irá se materializar com o presente expediente, caso assim se decida.
- o. **Divulgação da autorização de contratação direta:** em cumprimento ao parágrafo único do artigo 72 da NLL<sup>36</sup>, bem como ao inciso II do § 2º do artigo 59 do ADG nº 14/2022<sup>37</sup>, essa divulgação deverá ser realizada na sequência da instrução processual, se autorizada a contratação direta.

24. Considerando os documentos carreados aos autos, listados anteriormente no relatório, verifica-se que a formalização da demanda no SENiC não foi atendida.

25. Quanto ao tema, importa relembrar a decisão do Comitê de Contratações no sentido de que “as despesas com inscrições de servidores em ações de capacitação externa não necessitarão constar do Plano de Contratações do Senado Federal”. Assim, resta prejudicada a utilização do SENiC para a formalização da presente demanda, tendo em vista que esse procedimento, quando realizado no sistema, visa à inclusão de uma contratação no Plano. Nada obstante, a obrigatoriedade de constar dos autos Documento de Formalização de Demanda, prevista no inciso I do artigo 72 da Nova Lei de Licitações, foi observada no presente processo por meio da Solicitação de Treinamento Externo (Documento de Formalização da Demanda) citado no relatório.

26. **Conclusão, esta Assessoria Técnica não vislumbra qualquer pendência de requisito formal a ser sanada neste momento da instrução processual.**

27. Feita a necessária digressão, passa-se à análise de mérito do caso concreto.

28. Fazendo uso de informações prestadas pelo órgão demandante na Solicitação de Treinamento Externo, a COADFI elaborou o Termo de Referência nº 81/2025-COADFI/ILB<sup>38</sup>, do qual se extrai:

### 1.1 Definição do objeto

**1.1.1.** O presente Termo de Referência tem por objeto a solicitação para inscrição de 05 (cinco) servidores (abaixo) da Secretaria de Gestão da Informação e Documentação (SGIDOC) no treinamento externo “Conservação de Pinturas de Cavalete”. O treinamento será realizado pela empresa Atelier

pressupostos estabelecidos nos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do art. 72 e, conforme o caso, nos §§ 1º a 5º do art. 74 ou nos incisos do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, resguardada à autoridade competente a análise do mérito administrativo da contratação.

<sup>36</sup> **Lei nº 14.133/2021, Art. 72, parágrafo único.** O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

<sup>37</sup> **ADG nº 14/2022, Art. 59, § 2º** Em relação às contratações diretas, a SADCON deverá providenciar: **inciso II** – a disponibilização do ato de autorização da contratação direta exarado pela autoridade competente: **a)** no Portal da Transparência do Senado Federal; **b)** no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

<sup>38</sup> **Termo de Referência nº 81/2025-COADFI/ILB:** NUP 00100.147878/2025-46.







## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

Raul Carvalho Conservação e Restauro de Obras de Arte, no período de 19 a 22 de agosto de 2025, com carga horária total de 28 (vinte e oito) horas, modalidade presencial, na cidade de São Paulo/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

- 1) Charlleney Fernandes dos Santos - matrícula 333363;
- 2) Cristiane Tinoco Mendonça Coscrato - matrícula 51345;
- 3) Iran Da Silva Santos - matrícula 333375;
- 4) Priscila Rocha Gomes de Souza - matrícula 328770;
- 5) Raimundo Nonato Nascimento Soares - matrícula 322948;

### **1.2. Justificativa para a contratação**

#### **1.2.1 Descrição da situação atual**

**1.2.1.1.** O Núcleo de Preservação de Acervos Físicos (NPreserva) e a Coordenação de Museu (COMUS), vinculados à Secretaria de Gestão da Informação e Documentação (SGIDOC), encontram-se em contínuo processo de aperfeiçoamento técnico e operacional, com vistas ao atendimento qualificado das demandas institucionais. Nesse contexto, a capacitação dos servidores dessas unidades representa uma ação estratégica voltada à melhoria da qualidade dos serviços prestados na preservação do acervo histórico do Senado Federal, além de promover a atualização técnica dos profissionais nas áreas de conservação e restauro, em consonância com as boas práticas de gestão patrimonial.

#### **1.2.2 Justificativa para a quantidade a ser contratada**

**1.2.2.1.** A ação de capacitação contempla parcela significativa da equipe do Núcleo de Preservação de Acervos Físicos (NPreserva), de modo a viabilizar o número mínimo de participantes necessário para a realização do curso, atendendo aos princípios da eficiência e da economicidade. A organização da participação foi planejada de forma a não comprometer o funcionamento do setor durante o período de ausência dos colaboradores, garantindo a continuidade dos serviços essenciais. Quanto à Coordenação de Museu (COMUS), a capacitação abrange servidores com atuação e familiaridade na área de conservação e restauro, promovendo o intercâmbio de conhecimentos técnicos e a multiplicação de boas práticas entre as unidades que atuam de forma integrada no âmbito da Secretaria de Gestão da Informação e Documentação (SGIDOC)

#### **1.2.3 Justificativa para a escolha do fornecedor**

**1.2.3.1.** Anexo a este processo consta documentação requerida para a devida comprovação de capacidade técnica da empresa a ser contratada (atestados, declarações, publicações, projetos, contratos etc.). O Atelier Raul Carvalho tem realizado diversos trabalhos para grandes empresas e órgãos públicos no Brasil, todos dirigidos à conservação e restauração de obras de arte e bens culturais de valor histórico relevante. Além de demonstrar notória especialização, a empresa





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

foi responsável pela restauração da tapeçaria do artista Burle Marx, item do acervo histórico do Senado Federal, danificado durante os atos de dano a patrimônio público ocorridos em 8 de janeiro de 2023. O processo de restauração registra-se no processo nº 00200.008961/2023-19. O Atelier Raul Carvalho é um ateliê especializado em conservação e restauro de obras de arte, liderado por Raul Carvalho, um profissional com 27 anos de experiência na área. O ateliê tem como foco a restauração física de obras, utilizando processos interventivos mínimos e respeitando padrões internacionais. Raul Carvalho também possui experiência em instituições como a Pinacoteca do Estado de São Paulo e o Museu Afro Brasil, além de trabalhos internacionais, incluindo o Guggenheim Museum (website: <https://www.atelieraulcarvalho.com.br/>).

Percebe-se que o currículo Lattes, certificados, diploma e demais documentos levados aos autos nos fornecem provas suficientes para análise da notória especialização inicialmente alegada pelo Órgão Demandante no DFD. É dizer, percebe-se pela análise curricular do diretor/proprietário da empresa e professor como é gabaritado academicamente: o instrutor: Raul Machado Carvalho Júnior Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Paulista (1989) e especialização em Conservação e Restauro de Obras de Arte pelo Instituto Paulista de Restauro. Foi contemplado com bolsa de estudos pela Fundação Vitae para formação na Fundación Tarea, na Argentina. É mestre em Arquitetura, Urbanismo e Design pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo (2022). Apresentou trabalhos em congressos internacionais relevantes na área, como o ICOM-CC (Valência, 2023) e o IIC (Lima, 2024). Atualmente, é diretor e proprietário do Atelier Raul Carvalho Conservação e Restauro de Obras de Arte Ltda. Possui ampla experiência na área de Conservação e Restauro de Obras de Arte, com ênfase em conservação preventiva, preservação de acervos patrimoniais e restauração de obras artísticas. Atua também como docente na área de Conservação e Restauro, contribuindo para a formação de profissionais do setor.

Dessa forma, destaca-se a sinergia de três fatores essenciais que justificam a contratação no contexto ora analisado: (i) a notória capacidade técnica do(s) docente(s); (ii) a adequação e relevância do conteúdo programático do curso proposto; e (iii) a consonância com as necessidades formativas dos servidores, de modo a potencializar sua atuação profissional.

Nesse sentido, entende-se que a SGIDOC foi assertiva na escolha do curso, demonstrando precisão na identificação da capacitação mais alinhada às demandas específicas da área. As Secretarias envolvidas esperam que, a partir dos conhecimentos adquiridos nas temáticas de Conservação e Restauro, os servidores desenvolvam aptidões técnicas que lhes permitam aplicar, em seus processos de trabalho, metodologias atualizadas segundo os critérios contemporâneos da área, bem como identificar inovações e a diversidade de materiais atualmente utilizados.

Com o aprimoramento técnico, espera-se que os participantes estejam aptos a identificar, descrever e avaliar métodos de fixação de policromia com resinas aplicadas em obras de arte. Além disso, prevê-se que poderão contribuir de





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

forma significativa para a adoção de novas abordagens em conservação e restauro de pinturas de cavalete, com base, por exemplo, na atualização de técnicas relacionadas à fórmula da Bela 371, ao uso de resinas como a Lascaux, vernizes como o Arkon A80 e o Regalrez 1126, bem como metodologias contemporâneas de reentelamento, a exemplo do Mist-Lining..

### 1.2.4 Resultados esperados com a contratação

**1.2.4.1.** Ao final do treinamento, espera-se que os participantes terão aptidão para aplicarem, em seus processo de trabalho, técnicas mais atualizadas sob os critérios de conservação e restauração, assim como identificar inovações e maior diversidade de materiais em utilização. Com os conhecimentos técnicos aprimorados para o âmbito profissional em questão, deverão ter maior capacidade de identificar, descrever e avaliar métodos de fixação de policromia com resina em obras de arte. Além disso, poderão contribuir de forma significativa no emprego de novos métodos de conservação e restauro de pinturas de cavalete, com base, por exemplo, na revisão de técnicas de aplicação de nova fórmula da Bela 371, resinas para fixação de policromia da Lascaux, novos vernizes como Arkon A80 e Regalrez 1126, bem como metodologias contemporâneas de reentelamento, como o Mist-Lining.

29. A partir das informações acima transcritas, o Órgão Demandante e o Órgão Técnico defendem a pertinência da capacitação ora pleiteada e o atendimento às necessidades da Administração.

30. Quanto à notória especialização e escolha do fornecedor, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 74, § 3º, o conceito da pretensa contratada no campo da sua especialidade foi demonstrado por meio de currículo do instrutor, diplomas, publicações, declaração e atestados de capacidade técnica. O Órgão Demandante declarou que tais documentos permitem inferir que o trabalho do fornecedor é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação da necessidade de treinamento apresentada<sup>39</sup>. Por sua parte, o Órgão Técnico ratificou, às págs. 5 e 6 do Despacho nº 354/2025-COADFI/ILB<sup>40</sup>, que a escolha do fornecedor se respaldou na sua notória especialização.

31. Ainda sobre a notória especialização, a ADVOSF registrou, à p. 8 de seu parecer<sup>41</sup>, que *“entende-se que os autos estão instruídos de uma justificativa técnica específica que afirme que a necessidade administrativa em questão só pode ser atendida pela contratação de um profissional ou empresa de notória especialização, conforme o item 1.2.3.1. do Termo de Referência.”*

32. Nessa linha, considerando a relevância do evento para a capacitação e o aperfeiçoamento dos servidores do Senado Federal, considerando a justificativa apresentada no Termo de Referência, considerando a declaração e os documentos fornecidos pelo Órgão

<sup>39</sup> Formulário de Solicitação de Treinamento Externo: NUP 00100.124910/2025-25, p. 6.

<sup>40</sup> Despacho nº 354/2025-COADFI/ILB: NUP 00100.137696/2025-67.

<sup>41</sup> Parecer nº 544/2025-ADVOSF: NUP 00100.142377/2025-73.





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

Demandante e pelo Órgão Técnico, os quais detêm o conhecimento técnico para aferição de dados curriculares de palestrantes e para reconhecimento da especialização destes ou da promotora do evento, e em consonância com o parecer da ADVOSF, é possível depreender o atendimento do requisito legal de notória especialização.

33. Quanto ao valor ofertado ao Senado Federal, a proposta comercial atualizada é de R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais), para contratar 5 (cinco) inscrições no treinamento externo "Conservação de Pinturas de Cavalete", a ser realizado pela empresa Atelier Raul Carvalho Conservação e Restauro de Obras de Arte, no período de 19 a 22 de agosto de 2025 na cidade de São Paulo/SP.

34. Da leitura detalhada dos requisitos previstos nos incisos II (estimativa de despesa) e VII (justificativa de preço) do artigo 72 da Nova Lei de Licitações, bem como daqueles listados no art. 23 da NLL, *caput* e §§ 1º a 4º, e nos §§ 5º a 9º do art. 14 do ADG nº 14/2022, verifica-se que, para se estimar o valor da contratação e justificá-lo, é necessário que constem do processo:

### **I. Para se obter o valor estimado da contratação:**

a) **Proposta comercial:** de acordo com o § 5º do art. 14 do ADG nº 14/2022, "o valor estimado das contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação será igual ao preço total da proposta comercial encaminhada pela pretensa contratada ao Senado Federal, o qual deverá ser justificado".

### **II. Para comprovar a razoabilidade do preço:**

**Preço razoável:** preço compatível com os valores praticados no mercado por outros fornecedores.

- a) **Pesquisa de preços:** deve ser realizada para objetos similares junto ao mercado relevante e estar baseada em cota aceitável de preços, conforme procedimentos descritos no Anexo VI do ADG nº 14/2022; **e**
- b) **Atesto do órgão técnico:** a similaridade dos itens da pesquisa de preços em relação àquele a ser contratado deve ser expressamente atestada pelo Órgão Técnico, dada a *expertise* temática que detém; **ou**
- c) **Justificativa da inviabilidade de comprovar a razoabilidade:** caso seja inviável a comprovação da razoabilidade de preços utilizando-se de pesquisa de preços para objetos semelhantes, o Órgão Técnico deve demonstrar essa inviabilidade por meio de justificativa expressa.

### **III. Para comprovar a regularidade dos preços:**

**Preço regular:** preço regular com os valores cobrados de outros clientes pelo fornecedor a ser contratado.

- a) **Apresentação de três documentos idôneos capazes de comprovar a regularidade do preço ofertado para o mesmo objeto:** os documentos devem ser em nome da própria proponente, referentes ao mesmo objeto e emitidos no período de até um ano anterior à data de envio. Devem





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

demonstrar que o preço ofertado ao Senado Federal é igual ou inferior àquele cobrado de outras entidades, públicas ou privadas; **ou**

- b) **Apresentação de documentos idôneos que comprovem a execução ou o fornecimento, por parte da própria proponente, de objetos semelhantes de mesma natureza:** os documentos devem conter as especificações técnicas que demonstrem a similaridade entre os objetos contidos nos documentos e o objeto pretendido pelo Senado Federal, e devem vir acompanhados de justificativa expressa da pretensa contratada quanto à impossibilidade de envio de três documentos referentes ao mesmo objeto. Por analogia, é preciso ter, no total, três documentos, podendo haver a combinação entre objetos idênticos e semelhantes; **e**
- c) **Aferição do Órgão Técnico quanto à similaridade dos objetos:** caso a proponente encaminhe documentos referentes a objetos semelhantes, cabe ao Órgão Técnico aferir a aludida semelhança; **ou**
- d) **Justificativa da pretensa contratada:** caso a proponente não seja capaz de encaminhar o mínimo de três documentos idôneos referentes ao mesmo objeto ou objetos semelhantes, deverá apresentar justificativa expressa para essa impossibilidade, cuja pertinência deverá ser analisada conclusivamente pelo Órgão Técnico.

35. Volve-se agora à **razoabilidade** do preço ofertado sob a ótica do ADG nº 14/2022, em seu artigo 14, § 6º, inciso I, c/c § 7º do mesmo artigo<sup>42</sup>.

36. Da análise da pesquisa de preços, verifica-se que esta foi acostada aos autos sob o NUP nº 00100.137696/2025-67-2, tendo sido realizada para objetos similares, e que a similaridade dos objetos foi atestada pelo Órgão Técnico<sup>43</sup>, verifica-se, então, que a razoabilidade do preço ofertado foi comprovada nos termos do inciso I do § 6º do artigo 14 do ADG nº 14/2022:

busca-se demonstrar a razoabilidade do preço proposto, no valor de **R\$ 1.042,86** por inscrição, para uma carga horária de **28 horas**, o que resulta em um custo aproximado de **R\$ 37,24** por hora/aula. Nesse sentido, após realização de pesquisa de preços, anexam-se documentos referentes a três treinamentos de objeto e modalidade semelhantes (presenciais), localizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Conforme discriminado na tabela abaixo, a média dos valores hora/aula praticados é de aproximadamente **R\$ 87,70**, enquanto a mediana é de **R\$ 87,37**. Isso demonstra que o valor estimado da contratação está **4,17% abaixo** desses referenciais médios de mercado. Tal

<sup>42</sup> **ADG 14/2022, art. 14, § 6º** - A justificativa do preço em contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação deverá ser realizada, cumulativamente, para cada item a ser contratado: I - por meio da comprovação da **razoabilidade de preços**, a qual deverá ser verificada em pesquisa de preços baseada em cesta aceitável de preços, conforme procedimentos descritos no Anexo VI deste Ato, para objetos similares, desde que o Órgão Técnico ateste a similaridade de cada item pesquisado; [...] **§7º** Na impossibilidade de se estimar o valor do objeto na forma descrita no inciso I do § 6º deste artigo, o Órgão Técnico deverá justificar a sua inviabilidade.

<sup>43</sup> **Manifestação do Órgão Técnico.** NUP nº 00100.137696/2025-67







## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

diferença se justifica, sobretudo, pela relevância institucional do curso pleiteado, o qual foi desenvolvido sob medida para atender às demandas específicas dos servidores do Senado Federal vinculados ao Núcleo de Preservação de Acervos Físicos (NPreserva) e à Coordenação de Museu (COMUS), ambos pertencentes à Secretaria de Gestão da Informação e Documentação (SGIDOC). Esses servidores, inseridos em processos contínuos de capacitação, desempenham papel fundamental na preservação do acervo histórico do Senado Federal, sendo, portanto, imprescindível a oferta de formação atualizada e tecnicamente qualificada. Assim, a ação de capacitação proposta visa não apenas aprimorar a qualidade dos serviços prestados, mas também garantir a atualização técnica dos profissionais envolvidos, sobretudo no que se refere às boas práticas de conservação e restauro de acervos artísticos e históricos.:

ITENS	EMPRESA	CURSO	MODALIDADE	CARGA HORÁRIA/PÚBLICO	PREÇO POR INSCRIÇÃO
Proposta	Atelier Raul Carvalho Conservação e Restauro de Obras de Arte	"Conservação de Pinturas de Cavalete "	<i>presencial</i>	28h / 07 participantes.	Valor inscrições: R\$1.042,86 R\$ 37,24/ hora
A	27.819.039 MARIA ISABEL SPITZ ARGOLO	"Contratação de curso de química aplicada para restauro de pintura"	<i>presencial</i>	8h / 01 participante.	Valor inscrição: R\$699,00 R\$87,37/ hora
B	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	"O PAPEL PARA CONSERVAÇÃO E RESTAURO GRÁFICO"	<i>presencial</i>	36h / 02 participantes.	Valor inscrição: R\$1.800,00 R\$ 50,00/ hora
C	27.819.039 MARIA ISABEL SPITZ ARGOLO	"Curso limpeza química aplicada à conservação de objetos metálicos".	<i>presencial</i>	8h / 01 participante.	Valor inscrição: R\$984,00 R\$123,00/ hora

Adicionalmente, destaca-se que o curso foi estruturado com conteúdo técnico aprofundado e metodologia prática, abrangendo, entre outros aspectos, técnicas contemporâneas de conservação e restauro de pinturas de cavalete, incluindo:

- Aplicação e revisão da fórmula Bela 371;
- Utilização de resinas para fixação de policromia, como Lascaux;





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

- Novos vernizes como Arkon A80 e Regalrez 1126;
- Técnicas atualizadas de reentelamento, como o Mist-Lining.

Tais técnicas representam o que há de mais recente no campo da conservação de obras de arte, sendo utilizadas por instituições de renome internacional. A abordagem didática e a expertise do instrutor responsável — profissional com comprovada notória especialização, formação acadêmica robusta e experiência reconhecida em diversas instituições públicas e privadas — conferem credibilidade e valor técnico ao curso. Nesse contexto, a contratação ora pretendida, ainda que praticando valor inferior à média de mercado, assegura plena adequação técnica, viabilidade econômica e atendimento ao interesse público, especialmente diante da singularidade do conteúdo ofertado e da personalização da formação às demandas institucionais do Senado Federal. Por fim, reafirma-se que a iniciativa se alinha aos objetivos estratégicos de capacitação da Casa, promovendo a valorização e o aperfeiçoamento contínuo dos servidores responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e artístico sob responsabilidade da instituição.

Nesse sentido, diante da composição de uma cesta aceitável de preços, conforme relatado, e da devida comprovação da similaridade temática — abrangendo áreas correlatas como restauração, conservação, manuseio e higienização de artefatos — entre os cursos utilizados como amostras de preços e o curso objeto dos presentes autos, **atesta-se a razoabilidade do valor apresentado na proposta comercial**, considerando-se sua compatibilidade com os parâmetros usualmente praticados no mercado para capacitações de natureza semelhante.

37. Ato contínuo, olha-se agora à **regularidade** do preço ofertado sob a ótica do ADG nº 14/2022, em seu artigo 14, § 6º, inciso II, c/c § 8º e § 9º do mesmo artigo<sup>44</sup>.

38. Em resumo, a empresa enviou 3 (três) documentos referentes a objetos semelhantes da mesma natureza, todos idôneos<sup>45</sup>, em seu nome e emitidos no período de até 1

<sup>44</sup> **ADG nº 14/2022, Art. 14, [...] § 6º** A justificativa do preço em contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação deverá ser realizada, cumulativamente, para cada item a ser contratado: [...] **Inciso II** — por meio da comprovação da **regularidade** de preços feita a partir da anexação de, no mínimo, 3 (três) documentos idôneos em nome da própria proponente, referentes ao mesmo objeto e emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data de envio, que demonstrem que o preço ofertado ao Senado Federal é igual ou inferior àquele cobrado de outras entidades, públicas ou privadas. [...] **§ 8º** Caso a futura contratada não tenha anteriormente comercializado o mesmo objeto e fique evidenciada a impossibilidade de observância do inciso II do § 6º deste artigo, a regularidade dos preços poderá ser realizada por meio da apresentação de documentos idôneos que comprovem a execução ou o fornecimento, por parte da própria proponente, de objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido, o que deverá ser aferido pelo Órgão Técnico. **§ 9º** Na impossibilidade de se justificar a regularidade de preços nas formas descritas no inciso II do § 6º ou no § 8º, ambos deste artigo, a pretensa contratada deverá justificar a inviabilidade de envio da documentação requerida para comprovação da regularidade de preços, cuja pertinência deverá ser analisada pelo Órgão Técnico.

<sup>45</sup> **Documentos idôneos.** NUP 00100.137696/2025-67-3





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

(um) ano anterior à data de envio. Tendo se manifestado pela inviabilidade de enviar todos os documentos referentes a objetos idênticos da seguinte forma<sup>46</sup>:

[...] “Com relação à questão das três notas, gostaria de justificar que esse curso é absolutamente novo e foi desenvolvido para atender às necessidades específicas dos conservadores do Senado. Outros documentos de outros cursos foram encaminhados. Apesar de atuarmos há mais de 30 anos com cursos, palestras e seminários, raramente esses eventos são formalizados em forma de contrato de trabalho.” (grifamos) (...) “Consegui separar alguns certificados de cursos similares ministrados, nota fiscal e ordem de compra de dois cursos mais recentes... Espero que ajude.” (grifamos).

39. Nesse contexto, o Órgão Técnico aferiu a similaridade entre os objetos e assim se posicionou<sup>47</sup>:

[...] a empresa encaminhou duas ordens de compra relativas a treinamentos emitidas pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo, bem como a respectiva Nota Fiscal (referente à Ordem de Compra nº 0125-000049). Adicionalmente, foram apresentados certificados de cursos, workshops, conferências e palestras com temáticas correlatas, ministrados junto à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), à Universidade Estácio de Sá, à Universidade do Rio de Janeiro e à Fundação de Arte de Ouro Preto/MG.

O curso em questão possui características singulares, tanto em conteúdo quanto em metodologia, não sendo ofertado de forma recorrente no mercado. A especificidade da temática — conservação de pinturas de cavalete — exige abordagem especializada, com instrutores qualificados e estrutura compatível com as exigências técnicas da área. Considera-se que os documentos e argumentações apresentados são pertinentes e razoáveis, tendo em vista que os trâmites administrativos internos de cada instituição possuem dinâmicas e particularidades distintas, e que se trata de curso singular e específico voltado à área de conservação de pinturas de cavalete. Assim, entende-se que tais comprovações podem ser admitidas de forma subsidiária, nos termos do §9º do art. 14 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020, para fins de aferição da razoabilidade do preço e da viabilidade da contratação.

Diante do exposto, atesta-se a **regularidade do preço**.

40. Verifica-se, então, que resta atendida a exigência prevista no inciso II do § 6º do artigo 14 do ADG nº 14/2022 c/c § 8º do mesmo artigo.

41. A ADVOSF também se manifestou quanto à justificativa do preço, tendo registrado às págs. 14 -16 de seu parecer<sup>48</sup>, resumidamente, que:

<sup>46</sup> Manifestação da empresa: NUP 00100.137696/2025-67-1.

<sup>47</sup> Despacho nº 354/2025-COADFI/ILB: NUP 00100.137696/2025-67.

<sup>48</sup> Parecer nº 544/2025-ADVOSF: NUP 00100.142377/2025-73.





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

[...] esta Advocacia tem observado a dificuldade do órgão técnico de encontrar objetos similares em pesquisas de preços realizadas em processos de contratações por inexigibilidade de treinamentos externos. É possível compreender essa tribulação pela qual tem passados os órgãos técnicos desta Casa em processos semelhantes ao presente, justamente em razão da elevada especificidade do objeto almejado em contratações por inexigibilidade para ações de capacitação de pessoal.

[...]

Cumpra denotar que a Corte de Contas Federal já decidiu que, “em processos de inexigibilidade de licitação, o preço da contratação deve ser justificado, demonstrada a sua razoabilidade, considerando as características do serviço e o grau de especialização do contratado. A justificativa de preço deve ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo futuro contratado junto a outros entes públicos ou privados, em contratos envolvendo objetos idênticos ou objetos semelhantes de mesma natureza.” (Acórdão 2993/2018-TCU-Plenário).

[...]

Por evidente, não se trata aqui de negar a necessidade de pesquisa de preços em toda e qualquer contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Mas tão somente para justificar a sua inaplicabilidade diante de situações de inviabilidade competitiva.

Por sua vez, a Coordenação de Controle e Validação de Processo – COCVAP entendeu que os procedimentos adotados pelo órgão técnico estão em conformidade com os incisos I e II, do § 6º, do art. 14, do ADG nº 14/2022, momento em que os ratificou, conforme doc. nº 00100.140040/2025-21.

Assim, à luz da doutrina e da jurisprudência, bem como considerando toda a documentação juntada e as justificativas da prestadora e do ILB, há elementos que permitem que a autoridade avalie o atendimento ao inciso VII.

42. No que se refere ao valor da proposta após a redução da quantidade de participantes, questionada pelo Órgão Técnico, a empresa informou, via mensagem eletrônica<sup>49</sup>, que:

Desde o início desse processo, ficou bem claro que o curso possuía um certo custo e o valor aplicado é combinado seria para o workshop independente do número de alunos! Infelizmente não é possível alterar os valores na véspera do início do curso, haja vista que já comprei diversos materiais para a aula.

<sup>49</sup> Mensagem eletrônica: NUP 00100.147861/2025-99-1.





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

43. Considerando a necessidade em complementar a justificativa de preço, esta DIRECON, por meio do Ofício nº 0122/2025/DIRECON<sup>50</sup> solicitou ao órgão demandante manifestação acerca do atendimento ao disposto no Inciso VII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 (justificativa do preço) e do art. 14, §§ 6º e 9º, do ADG nº 14/2022.

44. Por meio do OFÍCIO Nº 05/2025/SGIDOC/NPRESERVA<sup>51</sup>, o órgão demandante assim se manifestou:

A contratação do Atelier Raul Carvalho pelo valor indicado se justifica por diversos fatores, dentre os quais podemos destacar:

- valor estipulado pelo profissional independente da quantidade de participantes;
- notória especialização do profissional Raul Carvalho, reconhecido nacional e internacionalmente pelas habilidades, conhecimento técnico e seriedade com que planeja e executa seus trabalhos;
- estreita relação do profissional com o Senado Federal, uma vez que foi contratado por inexorabilidade e notória especialização para restaurar a tapeçaria de Burle Marx, danificada em 8 de janeiro de 2023;
- exclusividade do curso, pois foi elaborado unicamente para atender as necessidades imediatas e iminentes do Senado Federal, haja vista que resta a restauração do quadro “Assinatura da Primeira Constituição Republicana” de Gustavo Hastoy, como remanescente dos atos de 8 de janeiro. Técnicas de remoção de verniz serão ensinadas no curso e são necessárias para a restauração da referida obra;
- valor irrisório em relação ao empenhado pelo Senado Federal para capacitação de servidores, tendo em vista a qualidade do conteúdo ofertado e do profissional contratado;
- somado a todo conhecimento alencado, serão realizadas visitas exclusivas importantes já agendadas sem custo adicional para a equipe do Senado, visando maior conhecimento técnico dos insumos apresentados no curso, bem como dos processos aquisitivos dos mesmos.

Diante dessas considerações, **mesmo com o aumento no valor unitário de cada participante, em razão da redução de inscritos, a contratação ainda é vantajosa para o Senado Federal.**

[grifou-se]

45. Nota-se que, mesmo após a manutenção do valor proposto diante da redução do quantitativo de participantes, **o preço cobrado ficou abaixo da média dos valores apresentados**

<sup>50</sup> Ofício nº 0122/2025/DIRECON: NUP 00100.148672/2025-33.

<sup>51</sup> OFÍCIO Nº 05/2025/SGIDOC/NPRESERVA: NUP 00100.148987/2025-81.







## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

**pelo órgão técnico na tabela de comparativo de preços (parágrafo 36)**, sendo o custo aproximado de R\$ 52,14 (cinquenta e dois reais e quatorze centavos) por hora/aula.

46. Assim, entende-se que o valor ofertado é razoável, é regular e está devidamente justificado, em atendimento ao inciso VII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e aos §§ 6º e 8º do art. 14 do ADG nº 14/2022.

47. **Ante todo o exposto**, diante das manifestações técnicas e jurídicas, expedidas pelas respectivas unidades administrativas no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, **esta Assessoria Técnica**, no exercício da competência prevista no inciso III do parágrafo único do art. 15 do Regulamento Orgânico-Administrativo do Senado Federal – ROA<sup>52</sup>, **não vislumbra óbice à presente contratação**, razão pela qual se encaminha o presente processo para decisão, nos termos do artigo 9º, incisos III, IV e IX e XI, do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal – RASF<sup>53</sup>, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora – ATC nº 14/2022, c/c inciso XI do art. 1º do Ato da Diretoria-Geral – ADG nº 33/2017<sup>54</sup>.

48. Em caso de aprovação das justificativas apresentadas no Termo de Referência acerca da necessidade da contratação e da quantidade solicitada, e desde que entenda justificados a razão da escolha do fornecedor e o valor ofertado, é necessário que sejam aprovados o Termo de Referência constante do NUP 00100.147878/2025-46; que sejam autorizadas a contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro na alínea f do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021 e a despesa dela decorrente; que seja determinada a emissão da competente Nota de Empenho a qual será documento substitutivo ao contrato, com fulcro no art. 9º do Anexo III do ADG nº 14/2022 c/c art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bem

<sup>52</sup> **ROA, Art. 15, parágrafo único, inciso II** – à Assessoria Técnica compete prestar assessoramento técnico à Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória mediante análises e estudos técnicos; elaborar pareceres, e sugerir soluções à luz da legislação pertinente e das normas internas, mediante elaboração dos respectivos despachos, instruções e decisões; providenciar sobre o expediente, audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; receber, controlar e distribuir o material, o expediente e os processos; executar trabalhos técnicos; organizar e consolidar dados estatísticos; preparar minutas de correspondências oficiais a serem expedidas; e executar outras atribuições correlatas;

<sup>53</sup> **RASF, Anexo V, Art. 9º** No âmbito das contratações do Senado Federal, compete ao titular da Diretoria-Geral: [...] **Inciso III** – autorizar as despesas do Senado Federal; **Inciso IV** – aprovar os Estudos Técnicos Preliminares, os Projetos Básicos, os Termos de Referência, as minutas de edital, os contratos, as atas de registro de preços, os termos aditivos e as demais avenças das contratações do Senado Federal; [...] **Inciso IX** – designar para todo contrato, convênio, ajuste ou protocolo, um gestor e um substituto, ou comissão de gestão, indicados pelo titular da área interessada; [...] **Inciso XI** – autorizar a realização de contratação direta nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação cujo valor seja inferior a: **a)** R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; e **b)** R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para bens e serviços em geral;

<sup>54</sup> **ADG nº 33/2017, Art. 1º** Ficam delegadas as seguintes competências administrativas ao titular da DIRETORIA-EXECUTIVA DE CONTRATAÇÕES e ao titular da DIRETORIA-EXECUTIVA DE GESTÃO, as quais poderão ser praticadas concorrentemente com o titular da Diretoria-Geral: [...] **Inciso XI** – realizar os atos previstos no art. 9º, do Anexo V ao Regulamento Administrativo do Senado Federal, exceto os disciplinados nos seus incisos XII e XIII.



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

como considerando o entendimento exarado no Parecer nº 157/2024 - ADVOSF<sup>55</sup>; e que sejam designados os gestores e fiscais indicados no Termo de Referência.

Brasília, 18 de agosto de 2025.

Respeitosamente,

*(assinado digitalmente)***ROBERTO FONSECA IANNINI**

Coordenador da Assessoria Técnica em Exercício

**De acordo.** Adoto a análise como razão de decidir.

**Considerando** que os requisitos formais exigidos pelo artigo 72 da Lei nº 14.133/2021 foram atendidos ou serão atendidos oportunamente, conforme informado pela Assessoria Técnica;

**Considerando** as justificativas acerca da necessidade da contratação e da quantidade solicitada, apresentadas pelo Órgão Técnico no Termo de Referência, unidade administrativa que detém a expertise temática para o objeto conforme preconizado pelo art. 5º do ADG nº 14/2022 e definições constantes do Anexo I;

**Considerando** a justificativa do valor ofertado ao Senado Federal, verificada na forma dos §§ 5º a 9º do art. 14 do ADG nº 14/2022;

**Considerando** a análise jurídica realizada pela ADVOSF, consoante ao disposto no art. 22 do ADG nº 14/2022;

**Considerando** a análise de disponibilidade orçamentária realizada pela SAFIN, em respeito ao art. 23 do ADG nº 14/2022;

<sup>55</sup> **Parecer nº 157/2024-ADVOSF:** NUP 00100.039158/2024-27. Trata da substituição de instrumento contratual por Nota de Empenho.





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

**Considerando** a instrução realizada pela SADCON, em observância ao § 2º do art. 54 do ADG nº 14/2022; e

**Considerando** a incidência da hipótese delineada na alínea *f* do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021;

**Considerando** a manifestação do Órgão demandante acerca da justificativa do preço;

**Acolho a análise da Assessoria Técnica da Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória** e demais informações constantes dos autos e, no exercício das competências estabelecidas pelo RASF, consolidado pelo ATC nº 14/2022, c/c art. 1º, inciso XI, do ADG nº 33/2017, delibero nos seguintes termos:

- a. **APROVO**, consoante ao disposto no inciso IV do artigo 9º do Anexo V do RASF, o Termo de Referência constante do NUP 00100.147878/2025-46;
- b. **AUTORIZO**, conforme o inciso IX do artigo 9º do Anexo V do RASF, e com fulcro na alínea *f* do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, a contratação direta por inexigibilidade de licitação ora pretendida;
- c. **AUTORIZO**, de acordo com o inciso III do art. 9º do Anexo V do RASF, a realização da despesa no valor total de R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais), bem como a emissão de passagens aéreas e a concessão de diárias aos servidores autorizados pela Diretoria-Geral a participarem da ação de capacitação contratada;
- d. **DETERMINO**, em observância ao inciso I do art. 13 do Anexo V do RASF, a emissão da Nota de Empenho em favor da empresa ATELIER RAUL CARVALHO CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE OBRAS DE ARTE LTDA., no valor de R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais);
- e. **DESIGNO**, segundo o inciso IX do artigo 9º do Anexo V do RASF, conforme indicado pelo Órgão Técnico no Termo de Referência, o Serviço de Contratos e Convênios - SCCO, como gestor contratual e os servidores Cristiane Tinoco Mendonça Coscrato, matrícula nº 51345, e Raimundo Nonato Nascimento Soares, matrícula nº 322948, como fiscais técnicos titular e substituto, para acompanhamento do ajuste que se originar deste processo; e
- f. **DETERMINO** que seja autorizada a pré-avença nº 6254 no Sistema de Gestão de Contratos - Gescon.

Encaminhem-se os autos à COCDIR, para atendimento ao parágrafo único do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021; após, à COEXECO, para emissão da competente Nota de Empenho; em sequência à COADFI, para processamento das inscrições e acompanhamento da execução do pagamento; ao SEGEPVI para prestação de contas prevista no art. 17 do ADG 21/2014; e, por fim, ao SETREINA para análise do atendimento ao art. 32 Anexo IV do RASF.



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

Concomitantemente, encaminhem-se vias do presente documento, com o Despacho nº 3145/2025-DGER anexo, à Assessoria Administrativa da Diretoria-Geral – AADGER, para publicação da autorização de afastamento dos servidores e da Portaria de Designação de Gestores; ao SEGEPAVI, para emissão de passagens aéreas; e à COEXEFI, para concessão de diárias.

*(assinado digitalmente)*

**MARCIO TANCREDI**

Diretor-Executivo de Governança Contratual e Licitatória em exercício





**SENADO FEDERAL**  
Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória

**PORTARIA DA DIRETORIA-EXECUTIVA DE GOVERNANÇA CONTRATUAL E LICITATÓRIA**

Nº 0202, de 2025

**O DIRETOR-EXECUTIVO DE GOVERNANÇA CONTRATUAL E LICITATÓRIA DO SENADO FEDERAL em exercício**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, c/c o art. 1º, inciso XI, do Ato da Diretoria-Geral nº 33/2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.012921/2025-25,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o Serviço de Contratos e Convênios - SCCO, como gestor contratual e os servidores Cristiane Tinoco Mendonça Coscrato, matrícula nº 51345, e Raimundo Nonato Nascimento Soares, matrícula nº 322948, como fiscais técnicos titular e substituto, respectivamente, do ajuste que se originar do referido processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de agosto de 2025.

*(assinado digitalmente)*

**MARCIO TANCREDI**

Diretor-Executivo de Governança Contratual e Licitatória em exercício

